

FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA: UMA CARTOGRAFIA DA DIMENSÃO POLÍTICA

No intuito de colaborar com o debate das Residências Multiprofissionais em Saúde, o presente estudo buscou compreender, através do olhar cartográfico, de que forma a residência contempla a dimensão política na formação dos trabalhadores. Fala-se da dimensão política como reconhecimento das relações de poder existentes na formação dos trabalhadores e lugar em que as intencionalidades da formação se explicitam. É nesta dimensão que a função social do trabalhador e das instituições formadoras pode ser debatida, sendo lugar de disputa dos projetos de saúde e sociedade colocados em pauta pelos sujeitos em formação. Para tanto, vivenciou-se o processo educativo de um programa de residência no interior de São Paulo. A experiência ocorreu em janeiro e fevereiro de 2009. Além dos diários de bordo, foram realizadas entrevistas a 14 sujeitos envolvidos no processo educativo, bem como análise de alguns documentos oficiais relacionados ao Programa e às Residências Multiprofissionais em Saúde. A análise foi dividida em três cartografias: *cartografia da dimensão política nas relações nas práticas pedagógicas, nas relações nas práticas de gestão e nas relações no cuidado*. Tendo em vista que o SUS (ainda) é um projeto contra-hegemônico e necessita de agentes micropolíticos em sua defesa, para além do discurso sanitário, é necessário clarificar as intencionalidades da formação dos trabalhadores da saúde também nas Residências e de que trabalhador é esse que está sendo formado e em que saberes (e poderes) estão ancorados tais práticas educativas. Entende-se que toda a relação de poder se dá entre diferentes e na diferença. O que evidenciamos na relação entre educandos e educadores, muitas vezes, é a tentativa de um exercício de poder desigual, ou melhor, na instituição da desigualdade e da inquestionabilidade dos saberes. Em que não há espaço para o saber do outro, num processo de deslegitimação por não estar *hierarquicamente autorizado* a divergir das normas, das regras. Além desta perspectiva, assim como na abordagem pedagógica e na escolha pela conformação dos espaços de aprendizagem, o funcionamento dos espaços de gestão do Programa da Residência pode manifestar como tem circulado o poder dentro da organização. Este território de análise emergido da vivência pode contribuir na discussão da dimensão política, pois na configuração de arranjos estruturais, de linhas de produção de subjetividade e de métodos de gestão pode-se contribuir na constituição de sujeitos com maior capacidade de análise e intervenção sobre a realidade. O funcionamento destes espaços depende da compreensão dos sujeitos que o compõem frente ao exercício do poder e da gestão, podendo operar como legitimador de definições feitas alhures ou como lugar de elaboração de projetos, de formação de compromissos e de gestão de contratos. Nesta cartografia, propôs-se analisar as potências dos espaços de gestão e participação para a dimensão política da formação. Buscou-se compreender o funcionamento dos espaços coletivos e entender como e por quem as decisões são tomadas, quais suas conexões. Defende-se que, para além dos espaços coletivos, o modelo de gestão se conforma nas relações, na forma como as decisões são percebidas e vivenciadas pelos sujeitos no cotidiano das instituições. Para tanto, a co-

gestão, não deve ser prescrita ou fetichizada, um *algo a priori*, localizado em um ou outro lugar, ou como 'o lugar' para a politicidade. Deve ser entendida como (permanente) tensão para a produção de novas formas de se relacionar, como modo de ser na organização. Não se busca localizar o exercício do poder nos espaços coletivos, mas reconhecê-los como potentes dispositivos para a produção de novos possíveis, de pertencimento às obras e ao território, de construção de si e das relações no e com o mundo. Durante a vivência busquei analisar, a partir de alguns espaços de decisão instituídos, como os sujeitos se relacionaram e decidiram a partir dos acontecimentos no território. Assim, necessita-se compreender o caráter formativo dos processos decisórios. Reconhecer e expor os dispositivos de poder que restringem a capacidade de governo da coletividade. Buscar instituir espaços de encontro, de coresponsabilização, de solidariedade entre os sujeitos. Ainda neste estudo, constatou-se que a vivência em diversas realidades organizacionais pode ser um componente importante para o reconhecimento da rede de serviços e das potencialidades/dificuldades encontradas no Sistema de Saúde. Isto pode propiciar a interação com diversos sujeitos com entendimentos e intervenções sobre o processo saúde-doença dos territórios e seus condicionantes. No cotidiano das unidades de saúde da família, por exemplo, nas reuniões da equipe de referência e nas reuniões com a comunidade, residentes e tutores vivenciam importantes espaços para o exercício da politicidade. Nas relações celebradas entre os sujeitos envolvidos no processo educativo, pode-se observar a potência da Residência como estratégia de Educação Permanente para mudança de práticas, tanto na relação da instituição de ensino com a rede de serviços, como nas relações entre os sujeitos no mundo do trabalho no cuidado. A Residência Multiprofissional em Saúde da Família estudada, além de impulsionar processos de Educação Permanente nas equipes, associando processos de cognição à produção de nova subjetividade, contribuiu para a ressignificação das práticas. Porém, como toda força que *vetoriza*, que tensiona para a mudança de sentidos, a Residência, política idealizada, estrategicamente, para buscar a modificação das práticas no cuidado e para formar trabalhadores da saúde no sentido da integralidade, enfrentou (e ainda enfrenta) dificuldades. Não só macropolíticas, mas na micropolítica das equipes e dos serviços. Foram vários referenciais em disputa o tempo todo. A partir das três cartografias propostas, vimos que a Residência, além de formar trabalhadores inseridos nas equipes de saúde, pode interferir nas linhas de força cristalizadas nos serviços e nos processos de formação dos trabalhadores da saúde. A cada nova turma, novas conformações, novos fluxos conectivos, novos saberes e poderes intervindo nos processos produtivos podendo, assim, desencadear novos processos de subjetivação no mundo do trabalho na Saúde da Família. Para a compreensão de como a Residência contempla a politicidade na formação, analisaram-se alguns acontecimentos de um território vivo reconhecendo as linhas de força presentes nos encontros entre os sujeitos envolvidos na produção do cuidado e na produção pedagógica na formação dos trabalhadores da saúde. Seja na micropolítica dos serviços, da relação entre educadores e educandos nos espaços pedagógicos, ou na macropolítica, nos rumos da Política de Educação Permanente no Brasil, reconhecer os interesses em disputa e as relações de poder existentes se faz necessário. Para tanto, os processos educativos devem considerar as linhas de força que disputam os diversos projetos de saúde e de sociedade que

permeiam os discursos e práticas. Ressalta-se, assim, a necessidade de formar agentes micropolíticos para o fortalecimento do SUS, tanto para disputar a qualificação das práticas no mundo do cuidado como para tensionar o fortalecimento do SUS como política pública. Neste sentido, as residências podem ser potentes dispositivos para a formação do trabalhador da saúde em defesa do SUS.